

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 07/Fev



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2719/2022



SERGIPE

INFORMATIVO SINDIVIGILANTE SERGIPE

INFORME SINDIVIGILANTE SERGIPE

VIGILANTES DO TRANSPORTE DE VALORES(CARRO FORTE) DE SERGIPE, REJEITARAM A PROPOSTA APRESENTADA PELO PATRONAL, EM ASSEMBLEIA DA CATEGORIA.

ATENÇÃO! INDICATIVO DE GREVE!



GESTÃO: TRANSPARÊNCIA E RENOVAÇÃO - PRESIDENTE REGINALDO GONÇALVES

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

VIGILANTES DO TRANSPORTE DE VALORES(CARRO FORTE) DO ESTADO DE SERGIPE, REJEITARAM PROPOSTA APRESENTADA PELO PATRONAL EM ASSEMBLEIA DA CATEGORIA.*

Nanoite de hoje, os vigilantes do TRANSPORTE DE VALORES de Sergipe, REJEITARAM a proposta apresentada pelo PATRONAL em assembleia da CATEGORIA.

A assembleia aconteceu na sede do Sindicato dos Vigilantes do estado de Sergipe, situado na Rua Rio Grande do Sul, 118 – Bairro: Siqueira

Campos – Cidade: Aracaju/SE.

Como as negociações não avançaram, uma vez que o PATRONAL não demonstra interesse na proposta apresentada pela classe, ficou acordado o INDICATIVO DE GREVE.

Unidos Somos Fortes!

Gestão: transparência e renovação -
Presidente Reginaldo Gonçalves

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

deputado acusado de não pagar conta tenta bater em segurança

Funcionário do bar conta que tentou impedir parlamentar de deixar o estabelecimento sem pagar a comanda, o que teria gerado a confusão



O deputado federal Laerte Bessa (PL-DF) se envolveu em uma confusão dentro do Bar Honoris Causa, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), na noite desta sexta-feira (4/2). Um segurança do estabelecimento acusou o parlamentar de agressão porque impediu o político de sair do estabelecimento sem pagar a conta.

Os clientes gravaram a confusão. As imagens mostram o deputado, de camiseta amarela, batendo boca com o trabalhador, de camiseta preta. Inicia-se um empurra-empurra, gerando

um clima tenso.

O segurança do bar que impediu a saída do deputado federal é Gilberto de Sousa, 34 anos. Ao Metrôpoles, ele contou ter tratado o político como um cliente normal. “Para mim, ele é um cliente como todos os outros. Tem de mostrar a pulseira, igual todo mundo faz”, disse o funcionário.

“Como ele é deputado, queria sair à força. Falei que ele tinha que pagar a comanda e ele tentou me chutar, veio para cima de mim. Falei que ele não iria sair e ele veio de novo”, narra Gilberto sobre a briga.

O deputado teria chegado ao bar por volta das 20h30. Segundo o segurança Gilberto, mesmo resistindo muito, Laerte Bessa só deixou o local após pagar o que havia consumido. A reportagem tentou falar com Laerte Bessa por telefone, mas ele não atendeu as ligações. O espaço permanece aberto para manifestações futuras.

Outra confusão

Em setembro de 2021, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) condenou Laerte Bessa a pagar R\$ 20 mil em indenização por danos morais ao porteiro do condomínio onde mora por agredi-lo fisicamente e verbalmente.

Bessa, que é delegado aposentado e ex-chefe da Polícia Civil do DF, se irritou porque o funcionário do prédio residencial, em Águas Claras, não permitiu a entrada de um motoboy com delivery, em novembro de 2019. O porteiro registrou ocorrência na 21ª Delegacia de Polícia (Pistão Sul).

Fonte: Metrôpoles

Confira se você tem direito aos bilhões esquecidos em bancos, FGTS e PIS

Brasileiros esqueceram mais de R\$ 50 bilhões em contas inativas no FGTS, cotas do PIS e contas bancárias. Têm direito trabalhadores, clientes de bancos e seus herdeiros. Confira como consultar e sacar



O saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cotas do PIS/PASEP e valores esquecidos em contas correntes e de investimentos em bancos somam R\$ 50,4 bilhões. Um dinheiro que pode ajudar a pagar contas e por comida na mesa de muita gente que precisa, especialmente numa época de crise econômica e de endividamento das famílias brasileiras.

Todo esse dinheiro, segundo Adriana Marcolino, técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), representa 22% dos R\$ 227 bilhões, oriundos dos rendimentos do

trabalho de um mês no país, de acordo com dados de novembro de 2021 do IBGE.

Outra comparação pode ser feita ao número de cestas básicas que os R\$ 50 bilhões também poderiam comprar: 83,5 milhões pelos critérios do Dieese.

“Como a massa de rendimento do trabalho tem caído e com o aumento nos preços dos alimentos, pressionando a inflação, esse dinheiro esquecido pode aliviar um pouco as dificuldades relacionadas aos orçamentos familiares que estão bastante em estrangulados e comprometidos, até por que o desemprego tem sido recorrente, com pelo uma pessoa desempregada numa família”, diz Adriana.

Os mais de 50 bilhões estão divididos em:

Cotas do PIS: 23,5 bi

FGTS: 18,9 bi

Bancos: R\$ 8 bi

Confira quem tem direito e como sacar:

PIS/PASEP

As cotas do PIS/PASEP são pagas a trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada de 1974 a 1988. O último balanço de dezembro de 2021 mostra que foram esquecidos cerca de R\$ 23,5 bilhões por 10,6 milhões de pessoas. Seus herdeiros, viúvas, viúvos e descendentes têm direito ao saque.

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Quase 90 mil contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que somam R\$ 18,910 bilhões, podem ter os saldos sacados pelos trabalhadores.

Têm direito ao Fundo de Garantia, os trabalhadores registrados com carteira assinada, de acordo com as regras da

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); os rurais e safreiros (trabalham por período de colheita); intermitentes, temporários; avulsos, domésticos e atletas profissionais e também seus herdeiros.

Contas bancárias esquecidas

Correntistas de bancos têm direito a receber o valor que esqueceram de sacar em contas físicas e jurídicas fechadas ou que ainda mantêm, mas sem movimentação. São restituição de cobranças indevidas, investimentos não procurados, entre outros tipos. Ao todo estão “esquecidos” R\$ 8 bilhões.

A consulta poderá ser feita a partir do dia 14 deste mês. O Banco Central (BC) chegou a anunciar a abertura das consultas e saques em janeiro, mas o excesso de acessos ao site da instituição provocou uma pane que o governo federal prometeu consertar até a nova data anunciada.

Fonte: CUT

Privatização dos Correios terá dificuldade de prosseguir em ano eleitoral

PL 591 está no Senado, onde federação dos trabalhadores debate para barrar venda da empresa pública presente em todos os municípios brasileiros



Além do “apagão postal”, privatização dos Correios poderia comprometer entrega de livros didáticos e de provas do Enem em todo o país

São Paulo – Uma das pautas quentes do ano legislativo é a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O Projeto de Lei (PL) 591 está parado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e, na avaliação dos trabalhadores dos Correios, pode não ir a votação em 2022. “Nós acreditamos nisso por se tratar de ano eleitoral. E uma pauta polêmica da natureza que é a privatização de uma empresa presente em todos os 5.570 municípios do país bem avaliada pela população na sua maioria é difícil de seguir adiante”, afirma o secretário de Imprensa da federação dos trabalhadores dos Correios (Fentect), Emerson Marinho.

“O governo terá muita dificuldade de conseguir, em ano eleitoral, fazer com que essa pauta ande dentro do Senado. Porque na Câmara já andou, e a galope, pela postura do Arthur Lira”, critica.

O dirigente avalia que no Senado as coisas são diferentes. “E mesmo com a criação de uma força tarefa para fazer com que a pauta ande, na quinta-feira (3) o próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que acha difícil em ano eleitoral a agenda de privatização dos Correios se concretizar”, relata.

“Mas é claro que a gente sabe do poder das emendas do relator, do poder de articulação do governo para tentar implementar não só a pauta da privatização dos Correios como as outras reformas: reforma tributária, a PEC 32. Então estamos vigilantes.”

Alterações insípidas

O relator mencionado é o senador Marcio Bittar (PSL-AC). E entre as alterações propostas ao projeto incluiu um prazo mínimo para agências dos Correios continuarem abertas em municípios com menos de 15 mil habitantes em áreas remotas da Amazônia Legal. A região engloba 772 municípios, considerando todos localizados nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso, além de parte dos municípios do Maranhão. A proposta de Bittar prevê o funcionamento dessas agências por 60 meses após a privatização da estatal, segundo reportagem da Agência Brasil.

No entanto, para Marinho, essas alterações são muito inconsistentes. “Ele traz uma falsa garantia de que agências ficariam abertas pelo prazo de 60 meses, ou cinco anos, para atender essa população sem que o concessionário pudesse fechar. Nós já fizemos alguns estudos e isso com certeza não acontecerá. Além de representar 12% dos municípios. Uma quantidade muito pequena diante do serviço que o Correio presta em todo o Brasil.”

Marinho critica ainda não se falar nada sobre os estados do Norte e Nordeste. “Temos áreas muito carentes, com total abandono do Estado. E inclusive no Sudeste, no Sul”, afirma. “Na minha realidade, no Rio de Janeiro, se pegar

o município de Caxias, que é muito grande, tem agência de Correio no Centro. Nos bairros periféricos, onde hoje é garantido agência dos Correios, não teria. E a população teria de se deslocar cerca de 20 a 30 quilômetros para poder ter acesso.”

Apagão postal

O representante dos trabalhadores dos Correios considera uma maquiagem muito mal feita as alterações de Bittar em seu relatório. “O senador cumpre a tarefa que lhe foi dada como subalterno desse governo de tentar enganar a população dizendo que continuará assistida”, afirma. “Fato é que fica muito claro com as privatizações que aconteceram recentemente tanto em Portugal como em boa parte do Canadá, onde agências foram fechadas. Setores de distribuição de carta foram fechados e as pessoas demoram até sete dias para ter uma correspondência. E isso se for de caráter de urgência, ou seja, expressa. Se não, ficam até um mês sem correspondência. É um apagão postal”, avisa, reforçando a necessidade de ampliar o debate sobre o prejuízo que vai ser causado caso a privatização dos Correios seja aprovada no Senado.

Emerson Marinho destaca também outros serviços prestados pela instituição e que, segundo ele, a população ficará sem, caso as agências não estejam mais em funcionamento em determinadas localidades. “A entrega nacional de livros didáticos através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Nós temos um convênio. Só se inicia o ano letivo após a entrega. Quando estava nas mãos do setor privado, de empresa de logística, chegava ao final do ano era quando os estudantes estavam recebendo os livros”, diz, como estudante de escola pública.

“Cansei de receber livro didático depois da metade do ano. Com os Correios, a operação começa em outubro e quando é janeiro se encerra. Ou seja, antes do início do ano letivo todas as escolas do país têm condição de entregar aos seus estudantes”, afirma, lembrando ainda a entrega de medicamentos aos municípios e as provas do Enem dentre serviços prestados pelos Correios.

Refém do setor privado

Para o secretário de Imprensa da Fentect, além do risco de sofrer um apagão postal, o Brasil ficaria refém de empresas de logística com uma ECT privatizada. “Como a que faz a entrega das vacinas e ficava toda hora querendo fazer adendo no contrato para receber mais diante da demanda que a população tinha e a pressa de receber as vacinas”, critica.

“Os Correios, por serem empresa pública têm na natureza da sua criação a prioridade de servir à população. É dentro desses aspectos que esse relatório do senador Márcio Bittar se torna maquiado para enganar os senadores e conseqüentemente a população. Não haverá garantia da universalização postal (como é hoje) se esse projeto passar. E duvido muito que uma empresa privada queira comprar uma concessão onde ela tenha de manter uma agência deficitária por cinco anos. Por exemplo, lá em Laranjal do Jari (no Amapá), onde só tem uma agência dos Correios e não dando lucro. Ela vai fechar”, avisa, manifestando seu repúdio ao relatório e ao projeto de privatização.

“Um projeto contra a soberania e contra a integração nacional que quer acabar com uma empresa pública de 358 anos que liga o país de ponta a ponta e presta serviço social relevante à população brasileira.”

Visibilidade do debate

A estratégia de mobilização no Senado e ampliação do debate são, para Emerson Marinho, a razão pela qual o PL 591 não avançou no Senado. “Tivemos em 2021 uma tarefa muito difícil que foi combater o avanço dessa agenda ultraconservadora e entreguista do governo Bolsonaro. Na Câmara, o Congresso comandado por Arthur Lira ignorou todos os preceitos legais e também o debate com a população. Assim, fez com que em apenas uma votação se aprovasse na Câmara o projeto 591 que abre as portas para a privatização dos Correios”, denuncia. “Já no Senado, estabelecemos um diálogo com a liderança do PT, representada pelo senador Paulo Rocha. Depois de algumas discussões tiramos algumas estratégias de forma a dar mais visibilidade a esse debate.”

A influência dos parlamentares do Partido

dos Trabalhadores junto a outros senadores, inclusive do Centrão, foi muito importante para ampliar esse debate, relata Emerson Marinho. “Dialogamos com Renan Calheiros, Eduardo Braga, do MDB, sobre o grande prejuízo que seria para a nação brasileira essa privatização. Diante disso, o Senado começou a se comportar de maneira a rejeitar esse projeto aprovado por Lira a toque de caixa.”

E foi fundamental também, segundo ele, a construção de um comitê de defesa dos Correios, criado pela Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos (Fentect). “Assim, se dialogava diariamente com esses senadores apresentando informações de forma a subsidiar o debate do por que os Correios deveriam continuar como públicos.”

O dirigente ressalta essa atuação fundamental para que o governo não conseguisse concluir em 2021 a privatização dos Correios.

Pressão governista

Marinho comenta ainda a participação do ministro das Comunicações, Fábio Faria, pressionando pela privatização da instituição. “Diariamente ele estava consultando seus pares, como os senadores da base bolsonarista, para pressionar o presidente da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), senador Otto Alencar (PSD-BA), de forma a colocar em votação”, lembra. “E por duas vezes foi colocado na ordem do dia, na sessão da Comissão. Mas o governo vendo que perderia a aprovação do relatório comandado pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC), pediu pra retirar de pauta.”

Isso, avalia Marinho, demonstrou a boa articulação da bancada de oposição ao governo. “E também dos senadores que defendem os Correios como uma instituição pública do povo brasileiro”, diz, destacando contar neste início de ano legislativo com todos que declararam ser contra a privatização. “Mesmo os que fazem parte da base governista. Alguns deixam muito claro a importância dos Correios nos municípios que não têm a mão do Estado. E o Correio é o único ente do Estado brasileiro garantindo cidadania para aquela população.”

Fonte: RBA

Privatização dos Correios terá dificuldade de prosseguir em ano eleitoral

Comissão analisa pedido de convite para esclarecimentos sobre denúncias de ingerência política e favorecimento de governistas na concessão de crédito



O senador Renan Calheiros (MDB/AL) protocolou, nesta quinta-feira (3), um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para que o presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, seja convidado a prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas pelo jornal Folha de S.Paulo de ingerência política e restrição de crédito para estados liderados por opositores do governo Bolsonaro.

“Como se vê, a utilização personalista dos recursos públicos orçamentários, por meio do chamado orçamento secreto já denunciada no STF, agora é acrescida do uso discricionário e político dos recursos dos bancos públicos, como o BB, com efeitos nefastos no desenvolvimento econômico equilibrado dos estados”, diz Calheiros em um trecho do requerimento.

O senador faz referência a uma matéria veiculada pela Folha no dia 29 de janeiro. Nela, o

jornal apurou que, em 2021, o BB emprestou R\$ 5,3 bilhões para os estados, sendo dois terços do montante para aliados do governo federal. A reportagem também destacou que o vice-presidente de Governo do BB, Antônio Barreto, já manifestou que o banco estaria viabilizando operações em troca de “boa relação” com a gestão Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, os estados de Alagoas e Bahia, liderados por opositores do atual governo, tiveram suas negociações de crédito paralisadas pelo banco, sem maiores justificativas. Alagoas chegou a acionar o BB no STF para realizar o empréstimo já aprovado pela Assembleia Legislativa do estado.

Desgaste da imagem

“Ao contrário das CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), as comissões permanentes não têm competência para convocar qualquer autoridade ou pessoa para depoimento. Elas só podem convocar ministros ou titulares de instituições diretamente ligadas à Presidência da República. No caso de outras autoridades ou qualquer cidadão, podem fazer apenas um convite solicitando o comparecimento”, explicou o secretário de Relações de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Jeferson Meira, o Jefão, que é o responsável da Contraf-CUT pelo acompanhamento das questões de interesse dos trabalhadores que tramitam no Congresso Nacional.

“Então, mesmo com impossibilidade das comissões permanentes convocar pessoas, a motivação de um requerimento convidando

o presidente de uma instituição centenária e sólida como o Banco do Brasil, para dar explicações tão graves sobre tal ingerência, já causa um desgaste gigantesco à imagem do BB junto à sociedade e ao mercado. A manipulação política dos recursos do BB, portanto, prejudica todo o zelo e o trabalho árduo dos funcionários e funcionárias da instituição”, avaliou.

Investigação no TCU

Na última terça-feira (19), a pedido do Ministério Público, o Tribunal de Contas da União (TCU) iniciou uma investigação a fim de apurar se o Banco do Brasil está cometendo ingerência política na concessão de empréstimos para estados e municípios.

“Esperamos que a investigação no TCU caminhe e também que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprove o pedido de requerimento de Calheiros. Nós também queremos esclarecimentos de Fausto Ribeiro. Desde que Bolsonaro assumiu o governo, o movimento sindical vem apontando a ocorrência de ingerências políticas no BB”, destacou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga. “Os bancos públicos têm papel fundamental na redução das desigualdades entre estados e municípios. Aliado às dotações orçamentárias anuais, o crédito dessas instituições é um instrumento fundamental para o desenvolvimento do país”, pontuou.

Fonte: ContrafCUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF